

Reflexões para implantação de alimentação orgânica nas escolas estaduais da Mesorregião Centro Ocidental do Estado do Paraná

JOSE ROBERTO RUIZ*

Resumo: A alimentação orgânica além de proporcionar a segurança alimentar e nutricional com a utilização de alimentos saudáveis e de qualidade para nossos educandos, possibilita o desenvolvimento econômico regional sustentável. O presente trabalho avaliou a inserção de alimentos orgânicos na alimentação escolar, nos municípios integrantes da Mesorregião Centro Ocidental do Paraná, inicialmente por meio de dados secundários obtidos junto a órgãos oficiais do Estado sobre a produção e consumo de alimentos orgânicos e posteriormente foram coletados dados primários junto aos técnicos dos escritórios municipais da Emater/Pr. O Estado do Paraná possui 10 Mesorregiões Geográficas, mas constatou-se que apenas as escolas estaduais pertencentes a Mesorregião Centro Ocidental do Estado não consumia alimentos orgânicos na merenda escolar. O estudo evidenciou a necessidade da atuação intersetorial para desenvolver a produção orgânica nesta região, assim como estimular o consumo destes alimentos no ambiente escolar, bem como, evidente restou comprovado que no Estado do Paraná o mercado de orgânicos é um campo de ação que não possui uma estrutura hegemônica e nem homogênea e que a inclusão da alimentação escolar orgânica se configura como uma oportunidade para produção, comercialização e consumo de alimentos orgânicos, favorecendo a agricultura familiar, desenvolvimento econômico sustentável e alimentação saudável dos estudantes.

Palavras-chave: Merenda Escolar; Alimentação Orgânica; Mesorregião Centro Ocidental do Paraná.

Reflections for the implementation of organic food in the state schools of the Central Western Mesoregion of Paraná State

Abstract: Organic food, in addition to providing food and nutritional security through the use of healthy and quality food for our students, enables sustainable regional economic development. The present study evaluated the inclusion of organic foods in school meals in the municipalities of Mesoregion Centro Oeste of Paraná, initially through secondary data obtained from official state agencies on the production and consumption of organic foods and later collected primary data from the technicians of the municipal offices of Emater / Pr. The State of Paraná has 10 Geographic Mesoregions, but it was found that only the state schools belonging to the Central Western Mesoregion of the State did not consume organic food in school meals. The study evidenced the need for intersectoral action to develop organic production in this region, as well as to stimulate the consumption of these foods in the school environment, as well as it is evident that in the State of Paraná the organic market is a field of action that does not have a hegemonic and non-homogeneous structure and the inclusion of organic school feeding is an opportunity for the production, marketing and consumption of organic foods, favoring family farming, sustainable economic development and healthy eating of students.

Key word: School Lunch; Organic Food; Mesoregion Western Center of Paraná.



* **JOSE ROBERTO RUIZ** é Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Maringá.

1. Introdução

Os alimentos produzidos em sistemas orgânicos podem contribuir para a promoção e a preservação da saúde, considerando que são menos contaminados com substâncias químicas. O conceito de produto orgânico que utilizamos é aquele adotado pelo próprio Ministério da Agricultura, no artigo primeiro da Lei nº 10.831/2003:

Pela legislação brasileira, considera-se produto orgânico, seja ele in natura ou processado, aquele que é obtido em um sistema orgânico de produção agropecuária ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local. Para serem comercializados, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismos credenciados no Ministério da Agricultura, sendo dispensados da certificação somente aqueles produzidos por agricultores familiares que fazem parte de organizações de controle social cadastradas no MAPA, que comercializam exclusivamente em venda direta aos consumidores (BRASIL, 2003).

Na pesquisa de campo, realizada através da aplicação de questionários com respostas abertas a todos os técnicos municipais da EMATER/PR, localizados na Mesorregião Centro ocidental do Paraná, obtivemos dados importantes sobre a produção, comercialização e consumo de alimentos orgânicos. Observamos que na Mesorregião Centro Ocidental (MCO) do Paraná existem diversos produtores, em sua maioria vindos da agricultura familiar, que se dedicam a produzir alimentos orgânicos, estando em transição agroecológica.

A transição agroecológica é a demonstração do processo gradual de

adequação das formas produtivas, de manejo de culturas e plantações tradicionais para métodos sustentáveis e orgânicos. A agricultura tradicional dá vez à preocupação com a saúde e ao meio ambiente. A utilização de agrotóxicos e fertilizantes industrializados se transforma aos poucos e de forma acanhada no cultivo natural e orgânico.

No levantamento de dados, chamou a atenção o reduzido número de produtores de alimentos orgânicos em transição nos municípios da Mesorregião Centro Ocidental (MCO). Observou-se, ainda, a pouca existência de cooperativas ou associação de produtores de alimentos orgânicos e conseqüentemente o inexistente consumo de alimentos orgânicos nas escolas estaduais desta região. Razões que pautaram nossa escolha de levantamentos de dados e estudos da Mesorregião Centro Ocidental (MCO) para descobrir os motivos do não desenvolvimento do setor produtivo de orgânicos como ocorre nas demais mesorregiões do Estado.

Em pesquisa buscou-se analisar os motivos da não inserção de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar nos municípios integrantes da Mesorregião Centro Ocidental do Paraná.

Justifica-se tal estudo por envolver a importância do Estado do Paraná através de seus programas de alimentação escolar, como o Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como eixos estratégicos para promover a Segurança Alimentar Nutricional (SAN) e destacar a participação de alimentos *in natura*, principalmente, os orgânicos no cardápio da alimentação escolar, visto que são uma forma de promoção da saúde dessa população.

2. Dados regionais

A MCO é composta por 25 municípios, distribuídos em duas microrregiões: microrregião de Campo Mourão (Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa) e a microrregião de Goioerê (Altamira do Paraná, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Goioerê, Joanópolis, Juranda, Moreira Sales, Nova Cantú, Quarto Centenário, Rancho Alegre D'Oeste e Ubiratã) (PARANÁ, 2012, p.2).

A densidade demográfica do conjunto dos municípios desta região é de 27,54 habitantes por km², praticamente a metade da densidade do Estado, o que significa que não predominam grandes aglomerados habitacionais, repercutindo na taxa de urbanização (80,26%), igualmente inferior à média estadual (85,33%).

Entre 1970 e 1980 a Mesorregião Centro Ocidental (MCO) foi uma das que evidenciaram as mais altas taxas de decréscimo populacional, tanto em termos rurais quanto no que se refere ao conjunto da população. Neste sentido, Endlich (2006) enfatiza:

O esvaziamento do campo está relacionado ao processo de liberá-lo para que fosse adequado a cultivos marcados pela modernização da agricultura, diretamente submetidos a interesses industriais. Portanto, a lógica do interesse industrial e financeiro opera espacialmente com a concentração e dispersão espacial (ENDLICH, 2006, p. 30).

Há predominância de grandes latifúndios com a prática da monocultura, gerando desemprego e retendo 2,87% da população do Estado (PARANÁ/IPARDES, 2019).

As propriedades rurais com menos 10 hectares foram sendo reduzidas com o passar dos tempos, diminuindo de 36.266 propriedades na década de 1970, para 8.388 propriedades em 2006. No mesmo sentido, as propriedades rurais com área acima de 10 hectares até de 100 hectares passaram de 17.536 para 10.384 propriedades.

Na contramão, houve acréscimo nas quantidades de propriedades com área acima de 100 ha e menos de 1.000 hectares, pois aumentaram de 969 em 1970 para 2.278 propriedades em 2006 e, nas propriedades com mais de 1.000 hectares, cresceram de 48 em 1970 para 67 propriedades rurais em 2006 (IBGE, 2010).

Na Mesorregião em estudo, existem 16.770 estabelecimentos agropecuários de base familiar, representando 78,7% do número total de propriedades. Esses dados reforçam a resistência desse tipo de agricultores. Mesmo com 16.770 estabelecimentos, eles ocupam nessa região apenas 24,73% da área dos estabelecimentos agropecuários, enquanto 4.540 dos estabelecimentos não familiares ocupam uma área de 75,27% da área.

Nos anos 1990, a Mesorregião Centro Ocidental (MCO) consolidou-se como uma das principais mesorregiões produtoras de grãos no Estado, participando com cerca de 12% do total estadual. Um dos fatores primordiais para que esta mesorregião se destacasse na produção de grãos foi que nos anos 1970 nasceu a Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda. (COAMO), na cidade de Campo Mourão.

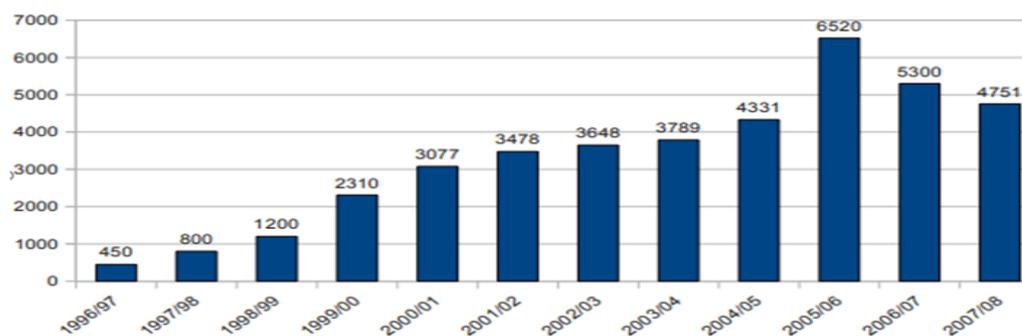
O desafio de superação das carências sociais depara-se com um quadro financeiro municipal heterogêneo, com grande parte dos municípios revelando

uma extrema dependência das transferências de recursos federais do Fundo de Participação dos Municípios, situação relacionada à baixa capacidade de geração de receita própria. A economia em larga escala proporcionada pelos incentivos de créditos, assistência e tecnologias da agricultura comercial em expansão, fez com que as cooperativas agropecuárias, as industriais instaladas na região inibissem a produção de alimentos orgânicos em pequena escala.

3. Evolução da produção de orgânicos no Paraná

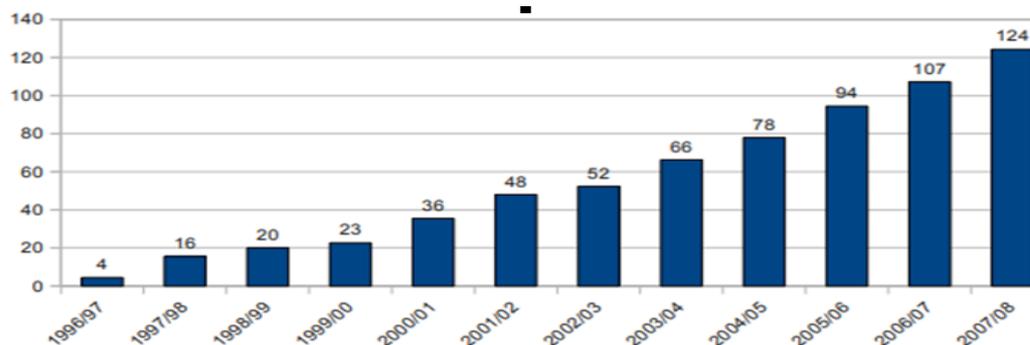
A agricultura orgânica é desenvolvida geralmente em pequenas propriedades de caráter familiar e corresponde a 82% do número total de estabelecimentos rurais e 28% da área rural no Estado. De 1996 até 2008 houve evolução e acréscimo dos produtores orgânicos e da produção no Paraná, devido principalmente aos assentamentos rurais, terras indígenas e comunidades de quilombolas, que buscam aplicar os princípios da agroecologia (Figuras 1 e 2).

Figura 1 - Evolução produtores de orgânicos no Paraná



Fonte: PARANÁ (2011).

Figura 2 - Evolução produção orgânica no Paraná (em mil ton.)



Fonte: PARANÁ (2011).

No Estado do Paraná existem 579 (quinhentas setenta e nove) escolas estaduais do campo e 18 (dezoito) Escolas Agrícolas segundo a Secretaria Estadual de Educação (SEED, 2018). A grande maioria das escolas do campo está ligada aos 320 (trezentos e vinte) assentamentos no Estado, conforme dados obtidos junto à Coordenação do Campo da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED, 2016).

Neste contexto, ressaltamos a importância da agroecologia e da agricultura familiar ligadas diretamente às Escolas do Campo e às Diretrizes Curriculares, pois a Agroecologia consiste no estudo de processos econômicos e de agro ecossistemas que se transforma num agente de mudanças sociais e ecológicas complexas futuras afim de levar a agricultura para uma base sustentável de produção, buscando o desenvolvimento rural, o equilíbrio dos agro ecossistemas, a permanência das famílias no campo valorizando seus saberes, possibilitando ao homem do campo seu próprio sustento familiar (GONÇALVES, 2011).

O que podemos perceber acerca das Diretrizes para as Escolas do Campo, como é apontado por vários estudiosos da questão, é que elas não se efetivaram no Paraná. As normativas não foram e não são cumpridas pela Secretaria Estadual de Educação (SEED), pelos Núcleos Regionais de Educação (NRE), pelas escolas do campo e não consideram e nem valorizam a realidade do entorno no qual essas escolas estão inseridas.

Considerando os documentos relativos às Diretrizes para as Escolas do Campo e as afirmações de Bergamasco (2013), podemos ver que no que se refere ao Programa de Alimentação Escolar, existe um tratamento negligente por parte dos órgãos envolvidos, que não se dedicam ao cumprimento do estabelecido pela

legislação tanto federal, quanto estadual, pois não há dados que demonstrem incentivo e promoção da agricultura familiar, bem como a utilização maior de alimentos orgânicos ou provenientes da agricultura familiar nas escolas do campo na Mesorregião Centro Ocidental, como deveria ser.

Mesmo com estas dificuldades a oferta de produtos orgânicos para a alimentação escolar no Paraná vem aumentando desde o ano de 2011 e já representa 13% (treze por cento) das entregas da agricultura familiar e 5% (cinco por cento) do volume total de aquisições da alimentação escolar, em pouco mais de 90 municípios, conforme dados obtidos junto à CELEPAR/FUNDEPAR/DNA (2019).

Mais de 80% dos produtores de alimentos orgânicos são provenientes da agricultura familiar. Esse é um dado importantíssimo, pois, neste contexto, pode se entender que a elevada quantidade de pequenas cidades onde se predominou a formação social das pequenas propriedades e o relativo pequeno número de cidades onde se predominou a formação social das grandes propriedades no Paraná.

Um fato que vem ajudando os agricultores orgânicos é que os produtos da agricultura familiar que apresentam certificação orgânica, comercializados pelo Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE), recebem um prêmio de 30% (trinta por cento) a mais no valor comercial em relação ao produto similar oriundo da agricultura convencional, valorizando a qualidade nutricional e os demais aspectos socioambientais e econômicos envolvidos.

Os programas de compras institucionais se apresentam como estratégia muito eficiente para reconexão entre a produção e o consumo, para

fortalecimento do abastecimento local/regional de alimentos. A obrigatoriedade legal da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, das compras do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) da compra da Agricultura Familiar de ao menos 30% (trinta por cento) da alimentação escolar, priorizando assentados da reforma agrária, povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais representa importante avanço neste objetivo (FNDE, 2016).

Na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense se verificou a existência de apenas uma cooperativa de produtores orgânicos certificados, a Cooperativa Agroindustrial de Produtos de Corumbataí do Sul (COAPROCOR), sendo que no Estado do Paraná existem 51 cooperativas deste gênero, bem como o número de alunos matriculados e o número de refeições servidas, totalizando 33.300 refeições diariamente para atender 34.017 alunos de 90 escolas estaduais.

4- Material e métodos

O universo desta pesquisa de campo se constitui pelos questionários respondidos pelos 25 profissionais responsáveis pela Assistência Técnica nos 25 escritórios municipais da EMATER/PR na Mesorregião Centro Ocidental do Paraná (MCO). A escolha deste universo deveu-se ao conhecimento técnico do processo produtivo regional em relação aos alimentos orgânicos que cada técnico municipal possui.

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR), através do Departamento de Nutrição Alimentar (DNA), destacou que de todas as mesorregiões do Estado do Paraná, somente os municípios que compõem a

Mesorregião Centro Ocidental possui escolas estaduais que não recebiam produtos orgânicos para compor sua merenda escolar.

A pesquisa junto aos técnicos municipais da EMATER/PR, identificou algumas razões da ausência de alimentos orgânicos nestas escolas estaduais e ainda proporcionou obter melhor caracterização da realidade estadual, por meio de um mapeamento sumário da produção e dos produtores de orgânicos na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense considerando os produtos e os canais de comercialização, segundo as regiões do Paraná.

O questionário aplicado teve o propósito de coletar informações sobre as atividades desenvolvidas, tanto no que tange à extensão rural como ao acompanhamento dos resultados da agricultura orgânica, produção, dificuldades, desestímulos, comercialização e logística na distribuição, bem como avaliação da não existência de alimentos orgânicos na merenda escolar estadual da região.

Os resultados mostram que em 80% dos municípios desta Mesorregião não há organizações de agricultores familiares em transição agroecológica, apenas 20% dos municípios entrevistados aponta alguma forma de organização ou famílias que estão em transição. Vale aqui destacar que no município de Corumbataí do Sul possui uma Cooperativa certificada, a COAPROCOR, onde existe alguns produtores em transição, mas que, existe necessidade eminente de se iniciar a transição dos demais agricultores.

5 A visão dos técnicos da empresa de assistência técnica e extensão rural (EMATER/PR)

Através do questionário aplicado nos 25 (vinte e cinco) municípios da Mesorregião Centro Ocidental do Paraná (MCO) foi possível obter informações sobre a real situação da produção de orgânicos nesta região. A primeira informação foi descobrir quais os produtos orgânicos em transição, onde 12% dos municípios produzem cereais e frutas e 8% produzem verduras e legumes.

São os seguintes alimentos produzidos por município: município de Farol, o milho e o feijão; município de Engenheiro Beltrão, a mandioca, o feijão, o tomate e as folhosas; no município de Roncador, o Morango em estufa, o tomate e o alface; município de Corumbataí do Sul, o milho, feijão, hortaliças, legumes; e, no município de Barbosa; Ferraz os legumes, tubérculos, frutas, hortaliças e temperos.

A segunda informação obtida junto aos técnicos da EMATER foi sobre os canais de comercialização dos produtos orgânicos. Em 16% dos municípios produtores de alimentos orgânicos existem canais de comercialização, por meio da participação em feiras livres de orgânicos no município de Maringá. No entanto, constatou-se que 84% dos municípios não possuem qualquer tipo de canal de comercialização de alimentos orgânicos.

Em alguns municípios como em Roncador, por exemplo, a comercialização ocorre em sua maioria, através da Cooperativa dos Agricultores Familiares do Rio Cantú (COAVRCAN) e pela feira do produtor da cidade; em Corumbataí do Sul pela Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Corumbataí do Sul e Região

(COAPROCOR), além do fato dos produtores receberem consultoria na comercialização pelos técnicos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que mantém uma parceria com a Prefeitura de Corumbataí do Sul. Já em Barbosa Ferraz, os canais de comercialização são as cooperativas COAPROCOR, COAVRCAN, feira livre municipal, supermercados do município e nos dias de sexta-feira os produtores fazem entregas a domicílio (nas residências).

Sobre a Assistência Técnica ao Produtor de orgânicos fica na sua maioria a cargo das cooperativas da região, em torno de 72%. Com 16% a Assistência Técnica é realizada pelos técnicos da EMATER municipal, 12% para Associações de Produtores e 4% o Sebrae em parceria com a Prefeitura de Corumbataí do Sul fornece consultoria na área de comercialização dos produtos.

Os escritórios municipais da EMATER da cidade de Farol, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz e Iretama também vem realizando Assistência Técnica para determinados agricultores de alimentos orgânicos. Há ainda algumas associações que também vêm fornecendo assistência técnica para produtores de alimentos orgânicos, como é o caso da Associação de Produtores Rurais de Moreira Sales e Associação da Vila Rural de Farol.

Outra informação levantada pela pesquisa (questionário) é que nesta região, constatou-se um baixo envolvimento dos núcleos de agroecologia das Universidades Estaduais, onde 88% das cidades alegaram nunca existir qualquer tipo de atuação destes núcleos agroecológicos nesta região, ou seja, desconhecem qualquer ação das universidades no sentido de atuar junto aos produtores de alimentos orgânicos.

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) se faz presente em 8% dos municípios com a seguinte atuação: em Iretama e Barbosa Ferraz. A Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) – se faz presente em 4% dos municípios da mesorregião centro ocidental, destacando aqui o município de Roncador. Além do trabalho de certificação e acompanhamento dos agricultores, também elas contribuem com cursos de formação, formação de profissionais e professores que atuam nas escolas, realizando papel fundamental para o desenvolvimento regional.

Buscou-se saber qual seria a justificativa da pouca ou nenhuma organização da produção e comercialização de produtos orgânicos/agroecológicos na região, as respostas se concentraram em seis opções, sendo que 60% dos técnicos municipais responderam que o motivo seria a falta de incentivo na produção; 36% dos técnicos citaram a falta de comprador, 32% dos mesmos responderam a falta de Assistência Técnica e capacitação, outros 16% dos entrevistados, alegaram a presença de latifúndios ser o motivo da pouca ou nenhuma organização da produção e comercialização na região. Ainda 12% dos entrevistados atribuíram a falta de insumos e outros 12% dos entrevistados disseram ser os preços baixos a razão da pouca organização da produção e comercialização de produtos orgânicos /agroecológicos na Mesorregião Centro Ocidental.

Outras razões foram indicadas pelos entrevistados que citaram: burocracia na certificação, baixo consumo nas cidades menores, distância grande do produtor e consumidor, falta conscientização do consumidor, gasto com mão de obra é maior que no convencional.

Sobre os programas de Governo – Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE) –, na aquisição de produtos orgânicos principalmente nos alimentos para compor a merenda escolar foi questionado quais os motivos de desinteresse por parte dos produtores em participar destes programas. O resultado espelha a real situação dos produtores em toda a MCO e destaca como principal motivo é a ausência de políticas públicas (48%), especialmente as baseadas no incentivo produtivo, afirmando que a época da aquisição dos programas deveria coincidir com a época da produção dos alimentos.

Destacam-se, também, a falta de assistência técnica especializada, a não existência de apoio dos entes federativos na produção de orgânicos, por sua vez a produção de alimentos pelo sistema convencional é organizado com diversos incentivos, enquanto a produção de alimentos orgânicos é desorganizada e com poucas cooperativas de produtores orgânicos.

O desinteresse em participar dos programas de governo na comercialização de alimentos orgânicos foi a principal resposta, que representou 32% dos técnicos entrevistados, que alegaram como causa, ser uma questão cultural, pois a região é marcada pela existência de latifúndios, pela utilização dos agrotóxicos, pela produção em larga escala o que configura motivos de desinteresse dos produtores em participar dos programas do governo. Ainda, para 28% dos técnicos a causa maior deste desestímulo é não existência de uma política de preços mínimos adequada, os preços para fornecimento de produtos orgânicos nos programas de governo são considerados baixos e desanimadores.

Vinte e quatro por cento (24%) dos entrevistados, alegam que os produtores não participam dos programas de governo pelo fato do consumo ser pequeno e de forma fracionada. Para 20% é a burocracia que dificulta a participação (requisitos e limites), burocracia na entrega e recebimento. Com 16%, os entrevistados apontam a ausência de logística (distância, armazenagem e distribuição) destes produtos na entrega ponto a ponto e a pouca divulgação do programa aos produtores traz o desinteresse por não conhecer as regras do programa. Muitos agricultores não sabem quando e como participar do chamamento público para o fornecimento dos alimentos. A pouca informação de como funciona o sistema de compra, entrega e pagamento são as dúvidas mais frequentes entre os produtores.

Em suma, as razões apontadas que provocam desestímulo em produzir alimentos orgânicos se diversificam também apresentando inúmeros motivos: para 40% a falta de Políticas Públicas; para 36%, seria que na MCO haveria a concentração de grandes propriedades produtoras de grãos no sistema convencional; 36% dos entrevistados, dizem que outra razão que desestimula o avanço da produção orgânica nesta região é a falta de informação e capacitação dos pequenos agricultores familiares, pois existe pouca divulgação de como produzir e comercializar os alimentos orgânicos.

A pouca existência de consumidores de alimentos orgânicos se destaca em 32% dos entrevistados como razão de desestímulo em produzir estes alimentos; 28% alegam que a falta de assistência técnica tem influenciado na reduzida oferta de alimentos orgânicos nesta mesorregião, tendo em vista que a assistência técnica é em sua maioria

prestada por técnicos da EMATER que trabalham nos municípios, mas que carecem de capacitação específica em produção de alimentos orgânicos. Nesta questão, 20% dos entrevistados avaliam que o alto custo de produção é outro fator de desestímulo para se produzir orgânicos e a inexistência de certificadoras na região, dado ao custo para certificação ter que ser bancado pelo produtor.

Isto posto, é necessário analisar o que os técnicos apontam como ações que o Governo do Estado poderia desenvolver para disseminar a transição para produtos orgânicos na MCO. Em primeiro lugar, é o fornecimento de uma assistência técnica especializada e capacitação dos produtores que venham aderir a transição é a opinião de 64% dos entrevistados, pois sem assistência técnica e capacitação dos produtores não haverá produção. Na sequência, com 44% de citações, o Governo do Estado poderia fomentar a atividade produtiva e da comercialização, com abertura de linhas de crédito e de incentivos e subsídios à agricultura familiar. Já 28% dos entrevistados destacam que o incentivo e a divulgação de pesquisas, de novas tecnologias de produção, de programas governamentais poderiam sem dúvidas despertar interesse na transição para produtos orgânicos nesta região.

A existência de uma política pública voltada à produção de orgânicos e a fiscalização mais rígida no cumprimento da legislação para o uso de agrotóxicos através da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR) seriam ações destacadas por 24% dos entrevistados. Cabe ao Estado propor ações conjuntas para conter o uso indiscriminado e excessivo de agrotóxicos, caso queira que a produção de orgânicos nesta região venha a

avançar. Para 16% dos entrevistados a ação do Governo deveria estabelecer uma política de preços mínimos que possa garantir ao produtor a recuperação do custo de produção e garantir seu lucro sobre os produtos orgânicos. Por fim, 8% citaram como ação importante para incentivar a produção de orgânicos nesta região, a disponibilidade de insumos apropriados para este cultivo como sementes, mudas, adubos orgânicos, defensivos orgânicos.

6. Conclusão

A produção de alimentos orgânicos vai ao encontro das expectativas mundiais, uma vez que preza pela qualidade de vida e alimentação saudável. O Estado do Paraná, se destaca entre os maiores produtores de alimentos orgânicos do Brasil. No entanto, na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense não foram desenvolvidas práticas da agricultura ou pecuária para produção de alimentos orgânicos.

A mudança de desenvolvimento de tecnologias produtivas dissociadas de uma política de desenvolvimento humano, acarretou na clara e evidente precarização do trabalho, refletindo diretamente no padrão de vida das populações rurais que passaram a ser meras vendedoras de força de trabalho, quadro agravado com o fato de que o processo de urbanização não teve o acompanhamento e cuidado necessário no que se refere às políticas públicas, bem como no que se refere ao planejamento e ordenamento do espaço urbano.

Percebe-se que o processo socioeconômico de desenvolvimento da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense deixou de lado a valorização e o desenvolvimento da agricultura familiar, direcionando forças para a economia de larga escala e industrial. No

campo estava consolidada a modernização da agricultura, responsável pela integração do setor rural na economia internacional e novos movimentos surgiram contestando o processo de modernização, sugerindo práticas e ações diferentes na agricultura, novos modelos produtivos, que os tirassem da marginalidade e possibilitassem sua permanência no campo e reconhecimento social.

O Estado que é condutor do processo de transformação agrícola, ao mesmo tempo em que marginaliza, favorece uma minoria através de suas políticas agrícolas, por isso é combatido pelos movimentos sociais, não no sentido de eliminá-lo, mas de redefinir estas políticas, com o propósito de dar condições de produção a todos. As conclusões desta pesquisa apontam que as escolas estaduais da Mesorregião não receberam em 2018 alimentos orgânicos para compor sua merenda escolar, não pela ineficiência da compra, mas pelo fato de não ter produtores e cooperativas na região de alimentos orgânicos, sendo raros os produtores que se encontram em início de transição.

Razão fundamental para se pensar na política pública a ser implantada nesta mesorregião. A produção de alimentos orgânicos terá que quebrar um paradigma cultural muito grande, sistema convencional x sistema orgânico, pois os conhecimentos e práticas dos próprios agricultores da região os induzem a produzir grão no sistema convencional utilizando agrotóxicos, sendo mais fácil produzir alimentos convencionais do que orgânicos, uma vez que o cultivo e o mercado dos alimentos orgânicos são para a maioria dos agricultores desconhecidos, até mesmo pelo fato de haver a predominância econômica dos grandes latifúndios.

O caminho mais apropriado ou mesmo a porta de entrada para a implantação desta política pública pode ocorrer através da utilização das escolas do campo e das escolas agrícolas via Projeto Político Pedagógico (PPP), questões ambientais ligadas ao homem do campo, procurando difundir a agroecologia, a produção e utilização dos produtos orgânicos em sua alimentação diária, buscando a conscientização do produtor em produzir alimentos saudáveis, conforme preconiza nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo contidas no Parecer 036/2001 (MEC/PARANÁ, 2001) e na Instrução Normativa Conjunta nº 003/2015 da Secretaria Estadual de Educação (PARANÁ, 2015).

Outro fato em destaque que dificulta o desenvolvimento da produção orgânica nesta Mesorregião do Estado é que existe toda uma burocracia intrínseca no processo de certificação destes alimentos. Isto faz com que os produtores fiquem desestimulados a fazer a transição. Vale destacar ainda, que a pouca disponibilidade dos insumos no comércio local para o cultivo de alimentos orgânicos, também acaba por desestimular o produtor na transição, pois não é em todo comércio e cidade que existem disponíveis os insumos necessários para fazer adubação, plantio e as caldas para aplicação nas lavouras orgânicas.

Por último, além do processo de transição ser desconhecido, causando insegurança ao produtor, há ainda, a falta de assistência técnica especializada para a produção de alimentos orgânicos, tanto pública como a privada, que na verdade se dedicam à produção de grãos em larga escala. Assim sendo, as políticas públicas devem visar o fortalecimento das organizações da agricultura familiar,

agroindústrias e cooperativas de agricultores familiares, por meio da melhoria da infraestrutura, créditos subsidiados e processos de qualificação da gestão de negócios, que deve ser fundamental para que a produção de alimentos orgânicos na Mesorregião Centro Ocidental do Paraná se desenvolva para que as escolas estaduais e municipais possam ser abastecidas com alimentos de qualidade e saudáveis.

Referências

BERGAMASCO, W. A. **Educação do campo: concepções, fundamentos e desafios**. Cadernos do PDE, Curitiba: SEED, 2013.

BRASIL (2009). Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11947-16-junho-2009-588910-norma-actualizada-pl.html>. Acesso em fevereiro de 2019.

BRASIL (2003). Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm. Acesso março de 2019.

CELEPAR/FUNDEPAR/DNA (2019). **Sistema eletrônico Merenda Escolar – DNA**-Departamento de Nutrição e Alimentação Escolar. Disponível em: <http://www.merenda.pr.gov.br/merenda/> Acesso fevereiro de 2019.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006. 505f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Paulista, Presidente Prudente, 2006.

FNDE (2016). Manual PNAE/FNDE - **Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar**, 2ª edição - versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015, [informe_2016_03_manual-pnae-2ed%20\(1\).pdf](informe_2016_03_manual-pnae-2ed%20(1).pdf)

GONÇALVES, T. R. Z. **Panorama agroecológico: atores e processos no Oeste do Paraná**. 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/bitstream/ted>

e/1419/1/Thiago_Gonçalves_2011. Acesso em: 11 mar. 2019.

IBGE, 2010 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Censo Demográfico 2010 - **Características da população e dos domicílios**. Resultados do universo. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_do_micilios.pdf acesso em novembro de 2018.

PARANA (2001). **Parecer CNE/CEB nº 36/2001** - de 04 de dezembro de 2001. Disp. http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_36_de_04_de_dezembro_de_2001.pdf. Acesso março 2019.

PARANÁ (2015). **Instrução nº. 003/2015 - SUED/SEED**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação; Superintendência da Educação, 2015. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes2015_sued_seed/instrucao00315sued_see_d.pdf. Acesso em: 10 nov. 2018.

PARANA (2012). **Cartografia do Paraná**. Disponível em: [l.http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_parana.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_parana.pdf). Acesso novembro 2019.

PARANA (2011). Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento/SEAB. **Documento-Base para o Programa Paraná Agroecológico /SEAB**. Curitiba: DIOE.

PARANA/IPARDES (2019). **Perfil Municipal e Mesorregião Centro Ocidental**. http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=702&btOk=ok Acesso em 15 mai. 2019.

SEED (2016). **Os desafios da Escola Pública na perspectiva do professor PDE –** Produções didático-pedagógicas. 2016, volume II. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_geo_unioeste_madalenasucheki.pdf. Acesso mar 2019.

SEED (2018). **Programa Nacional de Alimentação Escolar no Paraná (PNAE)**. <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=156> Acesso em 24/02/2019.

*Recebido em 2019-11-11
Publicado em 2020-03-28*